

## Prefácio

Márcia Denise Pletsch

**Como citar:** PLETSCH, M. D. Prefácio. *In:* OLIVEIRA, A. A. S.; VALENTIM, F. O. D.; SILVA, L. H. **Avaliação pedagógica:** foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 7-9. DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7983-391-5.p7-9>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## PREFÁCIO

*Márcia Denise Pletsch<sup>1</sup>*

Dona Margarida não gostava porque eu sempre fazia muitas perguntas. Ela pensava que eu estava me fazendo de engraçado, mas não era isso. Há muitas coisas sobre as quais eu desejava saber. Eu nunca me zinguei quando ela me fazia tantas perguntas. Eu as respondia. Eu tinha muitas respostas, mas parece que elas sempre se adaptavam às perguntas erradas. De qualquer forma, todas as coisas estão sempre mudando. Assim, qual a utilidade de se aprender uma série de coisas hoje quando amanhã elas poderão não ser verdadeiras? Eu sei montes de coisas que Dona Margarida não sabe, tais como: onde encontrar ninhos de passarinhos, consertar um cano furado, jogar futebol. Ela é obrigada a procurar o zelador quando a luz se apaga, ou quando uma persiana se rompe. Eu posso fazer muitas coisas se não for obrigado a antes lê-las nos livros (MAZZOTTA, 1987, p. 11).

Com a expansão das políticas de inclusão social e educacional focalizadas em diferentes grupos, como indígenas, afrodescendentes e, especificamente, pessoas com necessidades educacionais especiais<sup>2</sup>, a escola tem sido instada a elaborar estratégias de ensino e avaliação para responder à diversidade dos sujeitos que hoje a frequentam.

---

<sup>1</sup> Professora do Instituto Multidisciplinar e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora do Observatório de Educação Especial e inclusão escolar: práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. E-mail: marciadenisepletsch@gmail.com

<sup>2</sup> O termo é aqui empregado para designar alunos com deficiências intelectual, sensoriais (surdos, deficiência auditiva, cegos ou baixa visão), transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, deficiências físicas e múltiplas.

Nesse contexto, a proposta do livro *Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva*, de autoria de Anna Augusta Sampaio de Oliveira, Fernanda Oscar Dourado Valentim e Luis Henrique Silva, é uma bela oportunidade para refletirmos sobre nossas práticas avaliativas junto aos alunos com deficiência intelectual e educandos de maneira geral.

As reflexões colocadas ao longo do livro sobre a avaliação escolar no âmbito das políticas de educação inclusiva direcionadas para pessoas com deficiência intelectual se tornam ainda mais relevantes se levarmos em consideração os resultados das pesquisas recentes, as quais ilustram os problemas e as contradições vivenciadas no cotidiano escolar pelos professores na elaboração de diretrizes que fundamentem suas práticas avaliativas (PLETSCH, 2012).

Em estudo recente que realizamos em nove redes de ensino da Baixada Fluminense– RJ, verificamos que as práticas avaliativas impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. Os dados revelaram que esse grupo tem sido o mais prejudicado nas avaliações escolares, que, de maneira geral, seguem parâmetros restritivos e clínicos para avaliar a aprendizagem desses sujeitos. Com frequência, enfatizam-se aspectos relacionados ao desenvolvimento de atividades como recortar, pintar, colar e outras, que não envolvem conhecimentos abstratos e generalização, próprios da construção de conceitos científicos, para usar um termo de Vygotsky.

A pesquisa mostrou também que, de maneira geral, muitas redes continuam priorizando o laudo de identificação da deficiência. Entretanto, defendemos que o uso do laudo, focado em concepções terapêuticas, tende a prejudicar o trabalho pedagógico com esses alunos, uma vez que muitos profissionais privilegiam o déficit e as características biológicas da deficiência em detrimento das possibilidades de desenvolvimento educacional dessas pessoas. Essa concepção acaba reproduzindo modelos históricos de avaliação em que o erro é visto de forma negativa, como resultado do não conhecimento, do não saber dos alunos. Nessa mesma linha de raciocínio os alunos são comparados entre si sem levar em consideração as singularidades de cada um.

É nessa direção que a elaboração de diretrizes como o RAADI<sup>3</sup> (apresentado no livro) parece-nos uma estratégia impar a ser empregada nas práticas educacionais com alunos com deficiência intelectual, pois pode favorecer o desenvolvimento de ações avaliativas coerentes com as demandas pedagógicas individuais de cada aluno. Isto é, ao levar em consideração os objetivos a serem alcançados de acordo com o currículo escolar e as propostas de intervenção elaboradas para atingir tais objetivos, os professores poderão “perceber o movimento e apontar caminhos” em seu fazer pedagógico, sem classificar, rotular e/ou estigmatizar. Assim, será possível realizar práticas pedagógicas avaliativas encontrando as possibilidades de ensino e aprendizagem dos alunos, como tão bem colocam os autores desta obra. A esse respeito Maria Teresa Esteban (2003), pesquisadora dedicada ao tema da avaliação, ressalta a importância dos preceitos da teoria histórico-crítica sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento, sobretudo aqueles discutidos por Vygotsky.

Em síntese, esperamos que a leitura deste livro possa favorecer novas reflexões aos leitores sobre a avaliação pedagógica de alunos com deficiência intelectual, enfocando a “palavramundo”<sup>4</sup> dos sujeitos envolvidos. Ou seja, acreditamos que as indicações e reflexões dos autores podem contribuir sobremaneira para que os professores analisem a avaliação como uma das ações necessárias para favorecer o processo de construção de conhecimentos/conceitos científicos apreendidos na escola.

Por fim, gostaria de dizer que certamente a leitura do livro dos professores Anna Augusta Sampaio de Oliveira, Fernanda Oscar Dourado Valentim e Luis Henrique Silva proporcionará aos leitores reflexões sobre as diferentes dimensões que envolvem o processo de avaliação e sua inter-relação com o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual em salas de aulas regulares, bem como provocará inquietações e discussões sobre as diferentes estratégias e possibilidades de desenvolvimento desses sujeitos.

---

<sup>3</sup> Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual – Ensino Fundamental I (SÃO PAULO, 2008).

<sup>4</sup> Termo utilizado originalmente por Paulo Freire.